Demanda, financiamento e Ministério Público: conflitos em torno da oferta da educação infantil no município de Araucária

Marina Feldman

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

Resumo

O presente artigo visa analisar as condições de acesso à Educação Infantil (EI) no município de Araucária e a influência que estas vêm sofrendo pela atuação do Ministério Público (MP), ator que vem se tornando relevante no acirramento dos conflitos por ampliação de vagas na EI do município. Para tanto, será analisado o contexto do financiamento da etapa nos entes municipais – de modo geral e no caso específico do Paraná – e as limitações existentes neste cenário. Por fim, serão analisados os instrumentos judiciais e extrajudiciais utilizados pelo MP em Araucária, bem como seus efeitos nos padrões de oferta, levando em conta que esses padrões são primeiramente condicionados pelos recursos existentes.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ministério Público. Financiamento. Termo de Ajustamento de Conduta.

Demand, funding and Public Prosecution: conflicts related to the early childhood education provision in Araucária

Abstract

This article aims to analyze the access conditions to Early Childhood Education (ECE) in Araucária (Paraná) and the influence that plays on them the acting of the Public Prosecution, a relevant actor in the intensification of the conflicts concerning the expansion of ECE enrolment in the municipality. For this purpose, the context of ECE funding by the municipalities - in general and specifically in Paraná state - will be analyzed along with its limitations. Lastly, the judicial and extrajudicial tools used in Araucária by the Public Prosecution will be analyzed, as well as their effect on the provision patterns, noting that these are fundamentally conditioned by the existing funds.

Keywords: Early Childhood Education. Public Prosecution. Funding. Conduct Adjustment Term.

Introdução

No mesmo marco em que a Educação Infantil (EI) passa a ser considerada parte do direito educacional de todas as crianças, ampliam-se, no Brasil, as estratégias e instrumentos de acesso à justiça, com vistas à efetiva garantia desse e de tantos outros direitos consolidados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Com isso, e na inexistência de “um Estado-providência muito denso” (SANTOS, 2007, p. 17), assistimos a uma crescente judicialização da política¹, sendo o judiciário visto como *lócus* alternativo de acesso a direitos não disponíveis à população (TAYLOR, 2007). Torna-se relevante, nesse cenário, a atuação dos magistrados e de outros operadores do direito, como é o caso dos promotores do Ministério Público (MP), que se tornam atores estratégicos nas demandas pela efetivação dos direitos sociais e, entre eles, do direito à educação.

Tal atuação pode se constituir em elemento fundamental para a efetiva concretização de políticas públicas de acesso ao direito educacional, mas também pode causar distorções, por exemplo, quando se consideram ações que pleiteiam individualmente acesso a vagas na EI, o que prejudica a realização do princípio da isonomia e beneficia apenas aqueles indivíduos que têm condições de acessar o sistema de justiça (SANTOS, 2007). Tal caso se aplica ao município analisado neste trabalho, em que há uma grande quantidade de ações individuais por vagas na EI que terminam “furando” a fila de espera existente. Nesse sentido as ações coletivas são melhor adaptáveis a uma concepção de direito à educação de dimensão transindividual e fundamental função social no desenvolvimento da cidadania. Mas esse tipo de ação pode acarretar distorções, visto que interfere no funcionamento do processo usual de planejamento orçamentário e execução das políticas.

Não se está defendendo, porém, que se deixe de controlar a (não) atuação do poder público pelas vias possíveis. Entretanto, reconhece-se que, por vezes, decisões judiciais que determinam, por exemplo, a abertura imediata de uma grande quantidade de vagas na EI, não estão lidando com aspectos da exequibilidade da decisão, ou com regras fundamentais de planejamento e execução orçamentária, bem como outros aspectos e normas da gestão pública (VIOLIN, 2013). É o caso, por exemplo, da Ação Civil Pública (ACP) ingressada contra o município de Araucária em 2010, que solicitava a abertura de, ao menos, 746 vagas de EI em período integral, no prazo de 3 meses (ARAUCÁRIA, 2010). Tal pedido, se aceito, implicaria em que a única alternativa do município para realizar tal atendimento seria realocar verbas de modo emergencial e efetuar conveniamentos com a rede privada – ainda assim feito às pressas – ou distribuir “vale-creche”.

A atuação do MP, porém, pode se dar por vias externas ao judiciário e que se baseiem em negociações com o poder público, visando garantir direitos por uma via dialogada, em que o poder público se compromete a garantir acesso ao direito em questão, mas pode colocar em pauta as condições necessárias para real exequibilidade da política. A via fundamental para esse tipo de atuação é o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que, ao menos idealmente, o poder público debate os termos com o MP, chegando a um consenso sobre como será feita a adequação da oferta.

¹ Entende-se aqui por judicialização o deslocamento de conflitos e questões usualmente debatidos no âmbito dos poderes eleitos para a esfera do sistema de justiça (BARROSO, 2009; SILVEIRA, 2015).

Como aponta Violin (2013), para efetivo controle das políticas públicas se fazem necessários dados confiáveis sobre o estado presente de concretização do direito fundamental em questão, bem como das questões orçamentárias envolvidas. Para tanto, é necessário ter acesso a informações sobre recursos disponíveis e previsões de execução orçamentárias. Daí a fundamental colaboração do poder público em termos do fornecimento de tais informações, seguindo os princípios de transparência que devem presidir as ações de entes públicos. Por outro lado, a via dialogada permite que o MP considere a real capacidade do poder público em ajustar sua conduta e em que prazo tal adequação pode ser, de fato, realizada. Assim, considera-se que o TAC possui a potencialidade de ser um instrumento que permite chegar a soluções de médio e longo prazo, aliando a exigibilidade do direito à educação com o adequado planejamento orçamentário, respeitando as normas das finanças públicas.

Tendo isso em vista e, considerando-se o caso do município de Araucária, o presente artigo busca compreender o cenário das condições de oferta de EI no município, bem como o modo como a atuação do MP influencia em tal contexto. Têm-se como pressuposto que a expansão do direito só é possível com as devidas condições materiais, pelo que se justifica um olhar sobre o financiamento da EI na esfera municipal, bem como uma análise dos dados orçamentários no caso específico em questão, visando levantar questões sobre como a atuação do sistema de justiça pode, de fato, influenciar as condições materiais de oferta do direito à EI.

Educação Infantil: direito da criança e dever de quem?

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) tem como sua primeira meta a universalização do atendimento das crianças de quatro e cinco anos até 2016, seguindo a determinação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009 (BRASIL, 2009), bem como 50% de atendimento em creche para as crianças de zero a três até o final da vigência do plano, em 2024. Trata-se de previsões que dialogam com a concepção de que a EI é um direito das crianças, ainda que a noção de obrigatoriedade e universalização apenas da subetapa da pré-escola indique uma fragmentação no olhar sobre a EI (ROSEMBERG, 2009). Tal divisão pode, além de fragmentar a concepção educacional da etapa, prejudicar o acesso ao direito à educação das crianças de 0 a 3, que podem deixar de serem consideradas “absoluta prioridade” (BRASIL, 1990) na formulação das políticas públicas, estando colocadas em segundo plano. O gráfico abaixo (Gráfico 1) mostra o crescimento do atendimento nas duas subetapas ao longo dos últimos anos, cujo ritmo, aparentemente, não precisa ser grandemente alterado para o cumprimento das metas colocadas.

Gráfico 1 – Taxa de Atendimento na EI no Brasil (2001-2013)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no Observatório do PNE.

Já no caso específico do estado do Paraná, coloca-se como meta do plano estadual (PEE) a ambiciosa proposta de universalizar o atendimento também para as crianças de zero a três anos, o que se apresenta como grande desafio, visto que no estado, em 2010, apenas 26% das crianças na faixa etária eram atendidas em creche e 73% das de 4 e 5 nas pré-escolas². Tal ambição, porém, pode ser interpretada como mera declaração de intenção sem amplas consequências, visto que a oferta da EI se encontra sob responsabilidade dos municípios e não há, de modo explícito, a previsão no plano de programas de suplementação do estado no financiamento da etapa pelos municípios. A maioria das estratégias desta meta falam em “fomentar”, “articular” e “propiciar” avanços diversos “em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios”, ou seja, sem comprometer o estado a algum tipo de prestação específica em relação à oferta da EI. A única estratégia que indica de modo mais claro um apoio do estado aos municípios o faz de modo vago, quando estabelece que o estado irá “Contribuir com as Secretarias Municipais de Educação nas discussões sobre as estratégias para a universalização da pré-escola e a ampliação do acesso à creche” (PARANÁ, 2015, estratégia 1.8). Nota-se que o próprio texto dessa estratégia não corrobora a intenção da meta de universalizar a creche, quando propõe apenas ampliar o acesso.

Desse modo, ainda que o PEE traga propostas de avanços significativos, possivelmente carregadas da voz das entidades da sociedade civil mobilizadas para sua formulação, não há previsão que possa indicar apoio suplementar do estado em termos de ofertar condições materiais para ampliação do acesso à EI. Entra em questão, portanto, a capacidade de arrecadação dos entes que verdadeiramente têm que fazer cumprir a primeira meta do PNE: os municípios. Deste modo, resta levantar alguns aspectos sobre a estrutura da arrecadação e da destinação orçamentária no município, tendo em vista compreender o caso específico do município de Araucária.

² Calculado a partir da quantidade de matrículas fornecida pelo Censo Escolar (INEP, 2010) e população de 0 a 5 fornecida pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O Município e o Financiamento da Educação Infantil

O contexto da redemocratização marca momento chave no processo de descentralização do poder, que traz em seu bojo a (intensificação da) municipalização³ do ensino, o que diz respeito fundamentalmente à oferta da EI, que irá se concentrar nas mãos dos municípios desde sua constituição como etapa da educação. No referido contexto, a municipalização era, em grande parte, vista com “bons olhos”, sendo um dos eixos relevantes dos debates, por exemplo, da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da assembleia constituinte⁴ (BRASIL, 1987). Tratava-se de debate em que se valorizava a retomada e fortalecimento da democracia, sendo esta relacionada ao fortalecimento dos entes subnacionais, na contramão do centralismo autoritário do governo anterior (MARTINS, 2009).

Por vezes, porém, tal debate deixa de matizar a questão de que “[...] na tradição brasileira os municípios têm sido reconhecidos tanto como palco da reprodução de práticas patrimonialistas, quanto como palco de inovações institucionais” (GOUVEIA, 2008, p. 17) e que a existência de um número elevadíssimo de municípios complexifica tal processo, por estarem tais municípios ocupados sob condições diversas, seja no âmbito social, econômico ou político. Ainda assim, o município não deixa de ser um espaço de poder mais próximo ao cidadão, em que as possibilidades de controle social e participação política se ampliam (GOUVEIA, 2008), o que em partes corrobora o entusiasmo municipalista.

Entretanto, como nos lembra Martins (2009), no período que vai da aprovação da CF/88 até a criação do Plano Real, há um processo de concentração de poder nas mãos dos estados. Já no período pós-Plano Real se institui uma lógica mais centralista, como corolário de um ajuste fiscal que visava aumentar a arrecadação da União e flexibilizar a aplicação dos recursos desse ente. Assim, cria-se um “[...] conflito federativo: a transferência de encargos sem que estivessem garantidas as respectivas receitas e selado o compromisso explícito de auxílio pelos níveis federativos de maior abrangência” (MARTINS, 2009, p. 37).

Assim, uma ampla gama de políticas sociais que se tornou dever do estado, com a ampliação de direitos trazida pela CF/88, não é acompanhada pela devida destinação de verbas nos três entes. Tal quadro também está vinculado a um desenho tributário anterior,

³ Fala-se em intensificação da municipalização visto que tal transferência já era prevista na LDB de 1971: ‘Parágrafo único. As providências de que trata este artigo visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais’ (BRASIL, 1971). Além disso, tratava-se de processo em curso em diversos estados, o que é intensificado após a LDB e a indução causada pelo Fundef, que será discutida adiante.

⁴ Nas atas da subcomissão em questão a palavra ‘municipalização’ ocorre 41 vezes. Considera-se ilustrativo de tal debate os seguintes trechos das falas de dois constituintes: **‘O SR CONSTITUINTE ÁTILA LIRA:** [...] Acho que a maior luta que temos, hoje, nesta Constituinte, é a questão da quebra do excesso de poder do Estado em relação à Federação e em relação ao próprio cidadão e a municipalização é uma forma [...] de descentralização desse poder [...]. **O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** [...] Quanto à municipalização a que se referiu o Constituinte Áttila, está na linha da descentralização de que o Brasil precisa; a descentralização política, administrativa, educacional, só que a municipalização, em si, é também parte do processo surrealista com que se estuda a realidade brasileira, inclusive da nossa legislação. [...] Se o regime tributário não for descentralizador, nós não vamos pensar em municipalização, mesmo que a lei diga [...]. Mas é fundamental que a Comissão específica dessa matéria esteja decidindo sobre o regime tributário brasileiro para sabermos se realmente o município pode arcar [...] com a responsabilidade. – Quem sabe se o ideal não seria, se houvesse recursos, que os Municípios ficassem com o primeiro grau, os Estados com o segundo grau e a União com o ensino superior? Mas precisaria haver uma distribuição de recursos que permitisse essa divisão de atribuições descentralizadoras’ (BRASIL, 1987, p. 17).

que não foi substancialmente alterado pela reforma tributária de 1988 (OLIVEIRA, 2006). Segundo Oliveira (2006), a lógica desta reforma foi a descentralização e estava em questão uma preocupação com a equidade entre os entes federados, buscando uma melhor distribuição, tanto do ônus fiscal quanto das receitas. Tal reforma ampliou o campo de competências dos entes subnacionais, com aumento significativo dos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, bem como reversão de processo em curso de desvinculação de recursos da União. Entretanto, não se chegou a um projeto articulado que equilibrasse a descentralização de encargos com a estrutura de receitas. Ou seja, o tamanho do ônus agora imposto ao município não era condizente com a ampliação de sua participação na arrecadação.

Desse modo, configura-se o que o autor chama de (des)arranjo federativo da Constituição de 1988, que, ainda que tenha sofrido seguidas tentativas de alteração, não foi substancialmente modificado, mantendo-se a sobrecarga do contribuinte de menor renda e o desequilíbrio entre arrecadação e competências entre os entes federativos (OLIVEIRA, 2006; ARAÚJO, 2014). Como lembram Gouveia e Souza (2015, p. 48), o debate em torno da vinculação obrigatória para a educação foi fundamental historicamente para dar visibilidade à questão educacional, mas o avanço que implica a vinculação em 1988 esbarra na problemática de um sistema tributário desigual.

Tal desigualdade é especialmente evidente no âmbito do município, em que os 25% de vinculação podem representar quantias ínfimas em dados contextos. Araújo (2014) demonstra tal realidade analisando as receitas de todos os municípios do Brasil, com exceção das capitais estaduais: No quintil mais pobre encontram-se municípios com orçamento por habitante menor que R\$ 1.417,48, aonde se concentrava 32% da população brasileira, enquanto o quintil mais rico abrigava apenas 10% da população. A diferença do orçamento por habitante entre o município mais rico e o mais pobre é de 147 vezes⁵.

Um ponto similar também é demonstrado pelo trabalho de Ferraz (2013), que calcula o gasto por aluno nas redes municipais e estaduais de todo o país. A autora, além de constatar as enormes iniquidades existentes no país como um todo, aponta para um maior grau de desigualdade entre as redes municipais. O menor gasto aluno médio encontrado entre os estados é o das redes municipais do Maranhão, de 1.291 reais, entretanto, os dados mais alarmantes se referem aos valores mínimos encontrados (FERRAZ, 2013). A título de exemplo, o menor gasto mínimo por aluno por ano no estado do Tocantins é de 260 reais; em Goiás de 316 e em Minas Gerais de 184. Nestes mesmos estados o maior gasto por aluno encontrado nas redes municipais é igual a 25 vezes o gasto mínimo no Tocantins; 35 vezes em Goiás e 52 vezes em Minas Gerais (FERRAZ, 2013).

⁵ A situação do acesso à educação também reflete a desigualdade, sendo que um dos gargalos ainda sem solução é o atendimento de crianças de zero a três anos em creches. Em 2009 a cobertura nacional chegou a 18,4%, sendo amplamente desigual territorialmente. A região Sudeste apresentava 22,8% de cobertura contra apenas 15,5% registrados na Região Nordeste. Em termos de renda, os dados também mostram os efeitos perversos da ausência de presença pública na prestação de serviços, que penaliza os mais pobres: dentre os 20% mais pobres apenas 12,2% de seus filhos frequentavam uma creche e dos 20% mais ricos nada menos que 36,3% dos seus filhos nesta idade estavam estudando (ARAÚJO, 2014, p. 66-67).

A autora aponta ainda que, no caso específico da região Sul, não há nenhum estado com a média abaixo do valor estipulado pelo Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi)⁶, ainda que em todos os estados os menores valores de gasto por alunos estejam abaixo do mínimo previsto pelo Fundef/Fundeb. No caso do Paraná, o valor máximo encontrado é cerca de 7 vezes o menor valor encontrado e os valores que a autora chama de gasto por aluno “potencial” dos municípios – sem levar em conta transferências e outras medidas redistributivas – ficaram entre 394 e 523 reais, indicando a relevância de medidas redistributivas, como é o caso do Fundeb (FERRAZ, 2013).

Cabe frisar que o gasto por aluno no ano aferido pela referida pesquisa não especifica etapas da educação básica, o que se deve a insuficiência e imprecisão dos dados submetidos pelos municípios e estados nos sistemas de monitoramento do orçamento público, o que impede que o cálculo específico seja preciso. Ainda assim, fica em aberto a questão referente às discrepâncias que possam existir entre os gastos por alunos na EI e no restante da educação básica, o que pode ser aferido a partir de dados mais específicos de cada município. Mas, em um debate mais geral, pode-se analisar os valores mínimos por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) e compará-los com aqueles sugeridos pelo parecer CNE/CEB nº 8 de 2010 (PINTO, 2015).

Como aponta Pinto (2015), o valor indicado pelo parecer e baseado no CAQi para a creche em tempo integral, se comparado ao valor mínimo do Fundeb em 2012, é quase 4 vezes maior. É claro que, nesse sentido, há que se reconhecer o avanço ocorrido nos fatores de ponderação do Fundeb para a etapa⁷, mas tal avanço é insuficiente, pois apenas redistribui, sem significativa complementação dos entes com maior arrecadação, não podendo solucionar a problemática das desigualdades (GOUVEIA; SOUZA, 2015) e constituindo-se em redistribuição da pobreza (ARAÚJO, 2014).

Ainda sobre os efeitos das políticas de fundos no financiamento da educação no município, vale lembrar que um dos objetivos por trás da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (*Fundef*) foi induzir o processo de descentralização e municipalização do ensino (MARTINS, 2009). Assim, ainda que haja intenções distributivas por trás da ideia de um fundo contábil, o primeiro efeito perceptível e significativo do Fundef foi uma ampla mudança na distribuição das responsabilidades de oferta do ensino fundamental no interior dos estados, fazendo como que a participação dos municípios mais que duplicasse em cerca de 15 anos (PINTO, 2015).

No caso das regiões mais pobres, em especial nas regiões norte e nordeste, a municipalização já era mais generalizada, devido às condições socioeconômicas e a política indutora do governo militar (PINTO, 2015; GOUVEIA, 2008). No caso específico do Paraná, porém, os efeitos de tal política não podem ser secundarizados (GOUVEIA, 2008). Assim, o Fundef, por mais que tenha gerado uma última onda de municipalização, insere-se em um processo de longo prazo, que também havia se intensificado novamente no início dos anos 1990. Como aponta Gouveia (2008), a curva de crescimento das matrículas municipais no Paraná é mais acentuada entre 1991 e 1997 do que entre 1997 e 2000. Torna-se, assim, mais

⁶ Sobre Custo Aluno Qualidade Inicial, ver parecer CNE/CEB nº 8/2010, que aguarda homologação do Ministério da Educação.

⁷ Disponível em: <http://www.cnm.org.br/portal/images/stories/Links/25072014_ponderaes_Fundeb_2007-2015.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

relevante no caso paranaense o impacto causado nos municípios que já tinham programas consolidados de atendimento à EI, visto que o fundo focalizava os investimentos no Ensino Fundamental. Tais municípios, ainda que não apresentem redução no tamanho de sua oferta, apresentam uma diminuição no ritmo de ampliação de vagas na etapa em questão durante a vigência do Fundef (GOUVEIA; SOUZA, 2015).

Já no caso do Fundeb, Araújo (2014) indica que nos primeiros seis anos de vigência do fundo não se pode confirmar a previsão de ampliação do acesso, acelerando a inclusão nas etapas antes descobertas pela política de fundos. Na realidade, as taxas de crescimento do atendimento em creche foram maiores no período imediatamente anterior. Também Pinto (2015) chama a atenção para uma queda nas matrículas da Educação Básica em quase todos os estados após 2010, acentuando um processo que já se iniciara por volta de 2009. Tal processo contraria a lógica imposta pela Emenda Constitucional 59 de 2009, pois uma maior obrigatoriedade deveria implicar em maior atendimento.

Ao que parece, governos estaduais e municipais não estão muito preocupados em ampliar a oferta, exatamente porque a mesma emenda não previu uma fonte adicional de recursos para viabilizar uma ampliação das matrículas sem perda da qualidade [...]. Essa queda tem colaborado para o crescente incremento do valor aluno disponibilizado pelo fundo, mas à custa da não incorporação de novos estudantes (PINTO, 2015, p. 107).

Outra problemática relevante, no âmbito do município, são as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que determina que apenas 60% da receita corrente líquida poderá ser aplicada com pessoal. Ainda que a porcentagem pareça significativa, há que se considerar que as políticas sociais são aquelas que permanecem nas mãos dos municípios e são justamente as que mais dependem da contratação de pessoal. Saúde, educação e assistência social são três exemplos de políticas ofertadas pelo município cuja “matéria prima” mais significativa é as pessoas. Tal lei se vincula ao contexto do anteriormente referido ajuste fiscal dos anos 1990, sendo peça chave da Reforma Gerencial do Orçamento, que propugnava austeridade fiscal e uma nova lógica de planejamento orçamentário (BARCELLOS; CALMON, 2014). Ou seja, ainda que a referida lei seja, por vezes, relacionada à ideia de controle social do orçamento público, ela precisa também ser compreendida como política de austeridade e de enxugamento da máquina pública (GOUVEIA, 2008), o que certamente traz consequências para a gestão da educação básica, podendo tender a vias privatistas de oferta de serviços educacionais.

É inegável que a lógica de descentralização das políticas que colocou o município no cerne do atendimento da população na entrada do sistema de saúde, na definição dos programas de assistência social, no atendimento da educação infantil e fundamental, faz da cidade o palco para tensões entre projetos de como atender tal demanda. Novamente, por outro viés, chega-se ao debate sobre o protagonismo das cidades, novamente Reicheles sintetiza isso ao lembrar que na agenda internacional, capitaneada por agências financiadoras, mas não apenas por elas, o *gran finale* para a descentralização encontra-se no espaço do mercado, seja pela via privada pura, seja por vias comunitárias e filantrópicas que são, também, soluções privadas, já que não podem responder por perspectivas universais (GOUVEIA, 2008, p. 96).

Desse modo, configura-se o âmbito de financiamento da educação básica no município como ambiente de tensões e conflitos que, se estão mais próximos ao cidadão que pode

exercer o controle social, também podem estar mais próximos de interesses privados e de relações de dominação patrimonialistas. À parte disso, em se tratando de um ente tributariamente frágil, os conflitos se organizam em torno de prioridades diversas, que dependem de uma arrecadação por vezes limitada. Nesse contexto, analisaremos agora o caso específico do município de Araucária e seu conflituoso histórico de demanda por EI.

O Município de Araucária

O município de Araucária pertence à região metropolitana de Curitiba, com uma população de 119.123 habitantes. Em um estado coberto por cidades de pequeno e médio porte, Araucária se encontra entre os 18 municípios do estado com mais de 100 mil habitantes⁸. Nesse conjunto, porém, o município se destaca: Segundo dados do Finbra⁹ para 2014, Araucária é o quarto maior município do estado em arrecadação, ficando atrás apenas da capital, dos polos de Londrina e Maringá e de seu quase vizinho, São José dos Pinhais. Entretanto, entre os cinco municípios, Araucária é o único com menos de 200 mil habitantes, o que indica sua posição relevante como polo industrial, não necessariamente proporcional à sua população¹⁰.

Consideradas estas condições, o município de Araucária apresenta um resultado negativo, anualmente, em relação ao Fundeb/Fundef, perdendo parte de sua arrecadação. Também é relevante dizer que o município é responsável por cerca de 69% da oferta de Ensino Fundamental II, o que foge ao padrão de oferta municipal em geral e mesmo no caso dos municípios de maior arrecadação do estado¹¹. Nesse cenário de aparente abundância é surpreendente notar que o atendimento na EI em 2010 era de 28%¹². Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) a taxa de atendimento na pré-escola nesse mesmo ano era de 62% e na creche de 30,6%¹³. Considerando a população de 2010 e oferta de 2014, o atendimento da EI estaria em 38% da população de zero a cinco¹⁴, mas, se tomarmos em conta a projeção populacional do IBGE para 2015, com a mesma oferta, este atendimento seria de apenas 34%. O gráfico abaixo (Gráfico 2) apresenta os resultados de arrecadação

⁸ 'Em 2001 [...] 27% da população paranaense vivia em municípios de até 20.000 habitantes, estes municípios ficavam com 27% da receita pública estadual; enquanto na capital viviam 16% da população, sendo que, neste caso, a participação na receita pública do estado era de quase 26%. A pior situação era dos municípios médios onde, em 2001, viviam 30% da população e estes ficavam com 25% da receita pública do estado' (GOUVEIA, 2008, p. 45-46).

⁹ Dados disponíveis na base de dados Finanças do Brasil (Finbra): <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

¹⁰ Os dados populacionais apresentados foram organizados a partir das informações divulgadas pelo IBGE a partir do censo populacional de 2010. Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹¹ Entre os cinco municípios citados acima, Araucária e Curitiba são os únicos que possuem oferta municipal de Ensino Fundamental II, sendo que o número de matrículas é praticamente igual nas duas, indicando uma proporção muito maior no caso de Araucária, município de menor porte.

¹² Calculado a partir da quantidade de matrículas fornecida pelo Censo Escolar (INEP, 2010) e população de 0 a 5 fornecida pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010).

¹³ Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

¹⁴ A taxa de atendimento foi calculada tendo por base a população do município disponibilizada pelo Censo Populacional de 2010, e o número total de matrículas na EI de 2014 divulgadas pelo INEP.

do município e de suas perdas com o Fundeb, bem como as matrículas municipais na EI e no Ensino Fundamental.

Gráfico 2 – Arrecadação de Araucária x Matrículas EI e Fundamental 2 (2006-2014)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no INEP (matrículas); SIOPE¹⁵ (dados orçamentários) (FNDE, s/d).

Tal visão nos permite perceber que a carência de oferta da EI no município de Araucária não está diretamente relacionada à capacidade de arrecadação deste, bem como a significativa oferta de Ensino Fundamental II, ainda que não esteja em crescimento, mostra uma eleição de prioridade bastante específica pela gestão municipal. Ainda que haja um crescimento na oferta de EI, não se notam alterações significativas no padrão de crescimento, exceto que no ano de 2007, o que provavelmente está vinculado ao ensino fundamental de nove anos, em que as matrículas do último ano da EI passar a ser contadas como EF. Com esse cenário poder-se-ia pensar que no município não haja um volume tão grande de demanda pela etapa ou, ainda, que a demanda existente esteja reprimida ou latente (SANTOS, 2014). Não se excluindo tal possibilidade para uma parcela da população, há que se apontar que em Araucária há uma ampla mobilização pela abertura de mais vagas em creches e pré-escolas.

Em pesquisa realizada junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Silveira (2015) localizou 514 ações judiciais versando sobre a educação. Destas, 91 eram originárias da comarca de Araucária, das quais uma diz respeito à já citada ACP e todas as outras, também referentes à EI, são ações individuais pleiteando vaga na etapa (SILVEIRA, 2015). Na mesma pesquisa, inclusive, em entrevista à promotora Leidi Mara Wzorek de Santana, que atuou pelo MP na comarca de Araucária entre 2001 e 2014, pôde-se perceber que, mesmo após a instauração da ACP, mandados de segurança individuais continuaram a ser ingressados, seja pela via da assistência judicial privada ou por núcleos de assistência jurídica de faculdades de direito (SILVEIRA, 2015).

Em síntese, trata-se de um município que possui uma das mais altas arrecadações do estado, que oferta subetapa não prioritária da educação básica e no qual há uma ampla demanda por vagas na EI. Desse modo, a pergunta feita pela antiga promotora de justiça do

¹⁵ Acesso a dados orçamentários referentes à educação, por município.

município, em entrevista à Silveira (2015, p. 74), permanece no ar. “Se pensarmos que o segundo município de maior arrecadação do estado do Paraná não tem verba para investir na educação, para investir na Criança e no Adolescente, que gozam de prioridade absoluta por determinação Constitucional, então, qual município terá?”.

A Problemática do Acesso à Educação Infantil em Araucária e a Interferência do Ministério Público

Havendo um déficit de vagas na EI e uma sociedade civil razoavelmente organizada, deu-se em Araucária uma intensificação do fenômeno da judicialização da educação, em grande parte pela via da demanda individual (SILVEIRA, 2015). A promotora relata ter se deparado com uma demanda crescente de vagas em creche, o que a levou a ingressar a já referida Ação Civil Pública, visando suprir a carência de 1.500 vagas, existente naquele momento (SILVEIRA, 2015, p. 74). O pedido original ingressado solicitava que a primeira metade das vagas fosse ofertada no prazo de três meses (ARAUCÁRIA, 2010), mas após chegar ao tribunal de justiça do estado, ficou definida a impossibilidade de cumprimento do prazo, ficando determinado um prazo máximo de 12 meses, após serem realizadas as licitações, para abertura da primeira metade das vagas e, que “[...] após previsão no próximo orçamento, no prazo máximo de 12 meses depois de concluída a licitação, crie e implante, no mínimo, mais 745 (setecentos e quarenta e cinco) vagas em creches e pré-escolas para atender pelo menos a demanda conhecida pelo Município” (PARANÁ, 2011).

Tal alteração no prazo da sentença foi devida à apelação cível ingressada pelo município, mas vale ressaltar que, no caso de ações judiciais em que o réu é o poder público, sempre haverá o que se chama de reexame necessário, ou seja, a ação terá sempre que ser confirmada em uma segunda jurisdição. Isso implica que, considerando-se o tempo que podem tomar processos, possivelmente o prazo original demandado pelo MP não era algo que de fato se esperava efetivar, considerados os necessários trâmites processuais. Desse modo, considera-se aqui a melhor adequação de compromissos dialogados entre poder público e MP, seja pela adequação da política às questões orçamentárias, pela economia processual ou pelo caráter mais próximo de critérios democráticos (VIOLIN, 2013).

No caso específico, porém, da ACP de Araucária, já havia sido firmado anteriormente um TAC com o município, em 2008, acordando a abertura de 703 vagas, sendo destas 562 em creche, ainda para o segundo semestre de 2008 (ARAUCÁRIA, 2010). Nota-se que, ainda que se tratasse de um TAC, não há consideração para a questão dos prazos exequíveis em termos de adequação de política públicas. Ao que tudo indica tal TAC não visava à construção de creches ou a contratação de professores, pois se sabe que tais processos tomam mais tempo. Aparentemente, o objetivo almejado em sua formulação era o atendimento imediato das crianças, ainda que o mesmo fosse feito pela via do conveniamento ou do “vale-creche”. Ainda assim, o TAC faz considerações orçamentárias quando afirma que os recursos para tanto

[...] serão obtidos junto ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, através do remanejamento dos recursos constantes do orçamento em execução, que poderão ser alocados de áreas não prioritárias, conforme disposto na Lei Orçamentária Municipal e Lei de Responsabilidade Fiscal e/ou, se necessário, por intermédio da abertura de

créditos orçamentários suplementares ou especiais, nos moldes dos citados Diplomas Legais e artigo 259, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90¹⁶ (ARAUCÁRIA, 2010, p. 3-4).

O TAC ainda indica, adiante, que o programa de expansão de vagas deverá ser contemplado no orçamento e no Plano Plurianual do ano seguinte, com adequação das leis orçamentárias, considerando-se o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece a absoluta prioridade da infância. Fica definido também que o texto das leis orçamentárias subsequentes seja enviado para o MP 30 dias antes de ser submetido ao legislativo, para que se possa verificar se o orçamento está adequado ao termo. O município ainda fica obrigado a informar alterações posteriores nas leis orçamentárias e emendas que possam restringir os direitos da infância em questão. Por fim, fica prevista multa cominatória no caso de descumprimento, no valor de 15 mil reais diários, que deveria “ser recolhida ao Fundo Especial para a Infância e Adolescência Municipal, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais cabíveis, com a apuração de eventual responsabilidade do agente público omissor” (ARAUCÁRIA, 2010, p. 5).

A promotora, responsável pela assinatura do termo, não comenta sobre o mesmo em entrevista à Silveira (2015), ainda que alegue falta de diálogo com a gestão em curso, ilustrada por uma série de compromissos firmados, porém não cumpridos (SILVEIRA, 2015). Ainda que tal crítica se aplique à gestão, é de se questionar se o conteúdo do TAC de 2008 foi de fato construído em parceria com a gestão municipal, visto que seu texto aparenta ser, muito mais, uma imposição, apresentando um prazo pouco razoável para um TAC dialogado entre as partes. Além disso, ainda que seja necessário responsabilizar agentes públicos omissos, é questionável o uso de multa, visto que tal instrumento retira verbas do poder público, que supostamente estariam sendo usada para a coletividade. É um meio de dar força de mandamento à decisão, induzindo comportamento futuro e não ressarcindo danos passados, como é o caso da multa ou indenização no caso de ações individuais (VIOLIN, 2013).

De todo modo, aparentemente a situação não foi solucionada nem pelo TAC de 2008, nem pela ACP de 2010, visto que, como mostra o gráfico abaixo (Gráfico 3), não houve alteração significativa no padrão de acesso à EI após esses marcos específicos, nem ao menos pela via do conveniamento, já que a oferta privada tampouco apresenta grande crescimento. Pode-se notar uma pequena alteração no padrão de crescimento apenas entre 2011 e 2012, cujas origens não foram possíveis averiguar.

¹⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), artigo 259, parágrafo único: ‘Compete aos estados e municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos nesta Lei’ (BRASIL, 1990).

Gráfico 3 – Matrículas na EI de Araucária, Total e Segundo Dependência Administrativa (2008-2014)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no INEP.

Também ao se olhar para as dotações orçamentaria destinadas a etapa, não se observam quaisquer alterações substanciais no padrão de financiamento da etapa. De fato, o que se nota é um aumento do gasto por aluno¹⁷ na EI em 2007, o que possivelmente está vinculado à manutenção de uma previsão orçamentária concomitante à queda de matrículas acarretada pela ampliação do Ensino Fundamental. Também há uma ampliação significativa nas despesas com a etapa entre 2009 e 2010, o que pode estar relacionado à ampliação da obrigatoriedade para a pré-escola. Uma nova ampliação se observa, também, entre 2011 e 2012, o que pode estar vinculado ao fim da tramitação do recurso interposto pelo município à ACP, mas também pode se relacionar ao ano eleitoral em curso, considerando-se que há forte pressão popular no município por atendimento na EI e também observando-se que após 2012 há uma nova queda.

¹⁷ O gasto por aluno foi calculado pelas despesas em EI obtidas pelo SIOPE e pelo número de matrículas na mesma etapa, obtida pelo INEP.

Gráfico 4 – Despesas com EI em Araucária, Total e por Aluno Matriculado (2006-2014)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no INEP (matrículas); SIOPE (dados orçamentários) (FNDE, s/d).

Desse modo, os dados apresentados (Gráfico 4) não indicam alterações substanciais nos padrões de oferta e financiamento da etapa posteriores ao firmamento do TAC e, havendo alteração após fim da tramitação da ACP, tal melhoria é provisória, indicando pouca influência sobre a gestão municipal, que aparentemente mantém os padrões de ampliação praticamente constantes. Corroborar tal constatação o fato de que em 2015 foi assinado novo TAC de ampliação das vagas na EI, dessa vez por outro promotor. O termo atual apresenta um prazo mais razoável, de 18 meses, porém estabelece que seja aberto um total de 3.938 vagas, o que equivale à demanda manifesta atual, além da nova demanda que surja ao longo do processo, ficando explicitamente aberta a possibilidade de conveniamento. Ficam previstos, ainda, prazos parciais para abertura gradual das vagas, o que parece interessante em termos de monitoramento de seu cumprimento. Outro elemento interessante é a previsão de publicação, em sítio virtual e nas instituições de EI, do conteúdo do termo, bem como da lista de espera atualizada mensalmente. Vale dizer que, acessando o sítio virtual da prefeitura é possível acessar a lista de espera em cada instituição do município¹⁸, não sendo possível averiguar se tal ferramenta é posterior ao TAC e, portanto, consequência deste.

Já em relação às previsões orçamentárias, tratam-se das mesmas do TAC anterior, coincidindo até mesmo a formulação. A multa prevista é de 5 mil reais por mês, a ser recolhido para o mesmo fundo. Destaca-se, ainda, a exigência de envio à promotoria de comprovações de cumprimento do termo, na forma de documentos que comprovem a ampliação de vaga, envio dos endereços das instituições que fazem atendimento para inspeção pelo MP, informações mensais sobre a oferta e a lista de espera remanescente.

¹⁸ Consulta à lista de espera, disponível em: <http://smed.araucaria.pr.gov.br/centralExterno/consulta_filha_form_ext.php>. Acesso em: 19 dez. 2015.

Considerações Finais

O ideal democrático não consiste em negar ou ocultar os conflitos, a pretexto de improvável 'consenso', mas em torná-los produtivos e construtivos. Aumento da visibilidade social e desenvolvimento da democracia caminham juntos nesse sentido.
Pierre Rosanvallon (1997, p. 96)

O olhar para o contexto de Araucária mostra que há ainda muito a ser feito para garantir os direitos educacionais da infância. Entretanto, percebe-se grande mobilização social e forte atuação do MP. Não é possível indicar, é claro, se o TAC atual irá de fato alterar os padrões de acesso à EI da população de Araucária, como pouco o fizeram os instrumentos aplicados anteriormente. Entretanto, há que se reconhecer a relevância da atribuição de prazos intermediários e, principalmente, de mecanismos de controle social para monitoramento de seu cumprimento. Tal indicação dialoga com a existência de pressão popular no município em torno da efetivação do direito à EI, bem como com a ideia de que o município possa ser um *locus* privilegiado para a participação da sociedade civil (GOUVEIA, 2008).

Contudo, para que se possa averiguar se a mobilização, tanto do MP quanto da sociedade civil, está surtindo efeitos no padrão de acesso ao direito das crianças de zero a cinco anos, há que se estar atento às futuras alterações nas dotações orçamentárias do município para a etapa o que, para além da quantidade de vagas ofertadas, mostra as reais condições materiais para ampliação do acesso ao direito à EI.

Referências

ARAUCÁRIA. Foro regional de Araucária da comarca da região metropolitana de Curitiba. Ação Civil Pública nº 0007087-86.2015.8.16.0025, de 16 de março de 2010. **Vara da Infância e da Juventude**, Seção Cível, Araucária, 16 mar. 2010.

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. **Limites e Possibilidades da Redução das Desigualdades Territoriais por Meio do Financiamento da Educação Básica**. 2014. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARCELLOS, Carlos Leonardo Klein; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. A Reforma Gerencial do Orçamento Brasileiro: em busca de múltiplos significados. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 159-181, jan./fev. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16065>>. Acesso em: 12 out. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. In: BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. p. 331-346.

BRASIL. Atas da subcomissão da Educação Cultura e Esportes. Assembleia Nacional Constituinte (Atas de comissões). **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, DF, 1987. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituente/8a%20-%20SUB.%20EDUCA%C3%87%C3%83O,%20CULTURA%20E%20ESP.pd.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 8/2010 de 05 de Maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata

dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Aguardando Homologação.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009. Prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERRAZ, Jokasta Pires Vieira. **Panorama do Gasto-Aluno nas Redes Estaduais e Municipais Brasileiras**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação: relatório resumido da execução orçamentária - RREO - anexo x da Lei de Responsabilidade Fiscal, s/d. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Partidos Políticos e Trajetórias da Política Educacional Municipal**: um estudo sobre uma administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina (2001-2004). 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05082008-135454/publico/TeseAndreaBarbosaGouveia.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de. A Política de Fundos em Perspectiva Histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 45-65, jan./jun. 2015.

MARTINS, Paulo de Sena. **O Financiamento da Educação Básica por Meio de Fundos Contábeis**: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados. 2009. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,

Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6404>>. Acesso em 28 out. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Metas do PNE: 1- educação infantil. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/1-educacao-infantil/indicadores>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. A Lógica das Reformas: a evolução do sistema tributário (1966-2002). In: PINTO, Márcio Percival Alves; BIASOTO JÚNIOR, Geraldo. **Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

PARANÁ. Lei 18.492, de 25 de junho de 2015. Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=14307&indicador=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 758.095-0, de 26 de julho de 2011. **Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, Curitiba, 26 jul. 2011.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Fundeb na Perspectiva do Custo Aluno Qualidade. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015.

ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Brasília: UnB, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação Pré-Escolar Obrigatória: versão preliminar. In: 32ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED: GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, 2009, Caxambu. **Trabalho apresentado...** Caxambu, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **Possibilidade e Limites da Judicialização da Educação**: análise do Sistema de Justiça do Paraná. Relatório técnico da pesquisa financiada pelo Cnpq, chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPEs nº 18/2012. Curitiba, 2015.

TAYLOR, Matthew MacLeod. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 229-257, 2007.

VIOLIN, Jordão. **Protagonismo Judiciário e Processo Coletivo Estrutural**: o controle jurisdicional de decisões políticas. Salvador: Editora JusPODIVM, 2013.

Marina Feldman é especialista em docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Paraná, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade (PPGE-UFPR), vinculada ao Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE-UFPR).
E-mail: marinaafeldman@gmail.com

Recebido em 07 de março de 2016

Aprovado em 05 de outubro de 2016

Editores do volume 6

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nalú Farenzena Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Rosana Evangelista Cruz Universidade Federal do Piauí, Brasil
Juca Gil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Rosana Gemaque Universidade Federal do Pará, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal do Paraná, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo